



## 1 REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE MAIO DE 2.017.

2 ATA Nº 04/2.017 - Aos dois dias, do mês de maio, do ano de dois mil e  
3 dezessete, às nove horas e vinte minutos, na sala de reuniões da sede do  
4 Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas – SINTEAL, situado  
5 na Av. Major Cícero de Góis Monteiro, 2339 – Mutange, nesta cidade,  
6 compareceram ao nosso encontro os seguintes membros: Srs. José Carlos  
7 Castro(MPE), Rodrigo Borges Fontan(SMCI), Daniel Felipe Brabo  
8 Magalhães(TCE), Antônio Henrique de Amorim Cadete(MPF), Ricardo  
9 Rodrigues da Rocha(SINDJORNAL), Anthony Lima(OAB), Claudivan da  
10 Silva Costa(TCU), Nelton Martins Yin Filho(CGU), Rodrigo Siqueira  
11 Cavalcante(MPC), Pedro Guido da Silva (ISV), Bernardo L.G. Barreto  
12 Bastos(APROMAL), Fernando Teles de Farias e Sras. Girlene Lázaro da  
13 Silva(SINTEAL), Valéria Bezerra(RFB), Edilma de Albuquerque Lins  
14 Barbosa(SINDIMED), Edgleide Soares Castro(DENASUS), Helenice  
15 Balbino Silva (SINTEAL) e, ainda, as conceituadas professoras Consuelo  
16 Correia, Célia Capistrano e Cícera Ferreira. O Sr. Coordenador, a exemplo  
17 das oportunidades anteriores, reconheceu a cessão do espaço ao SINTEAL  
18 para a realização de nosso encontro, ao tempo em que elogiou suas  
19 instalações, agradecendo, em seguida, o comparecimento de todos que se  
20 fizeram presentes à reunião, o que justificou um quórum bastante  
21 qualificado para sua realização. Fez, em seguida, menção às comemorações  
22 havidas no Dia do Trabalho e procedeu as apresentações dos Srs. Daniel  
23 Felipe Brabo Magalhães, Antônio Henrique de Amorim Cadete e Edgleide  
24 Soares Castro, novos integrantes do FOCCO. Ato contínuo, passou a  
25 palavra a Ilustre professora Consuelo Correia, Presidenta do SINTEAL,  
26 que se considerou extremamente honrada com nossa presença, afirmando,  
27 também, que a despeito da lamentável crise institucional que atravessamos,  
28 ela, juntamente com os demais filiados ao Sindicato por ela dirigido,  
29 acredita, firmemente, na capacidade de trabalho da população e,  
30 consequente, reação de nosso País. **Item 1 da Pauta: Aprovação Ata da**  
31 **reunião anterior** - Esta foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas,  
32 após o conhecimento de seu teor por todos os presentes. **Item 2 da Pauta:**  
33 **Apresentação/Análise da Reforma Previdenciária e Trabalhista(Dr.**  
34 **Jaime Canuto – OAB/AL)** - Logo depois, o Sr. Coordenador formalizou a  
35 apresentação do palestrante, que agradeceu a oportunidade que lhe fora  
36 concedida para sua exposição sobre a Reforma da Previdência. De início,  
37 demonstrou sua preocupação com as medidas propostas através da Emenda  
38 Constitucional 287/2.016, objeto da presente análise, que para alcançar sua  
39 legitimidade jurídica deverá transitar por uma ampla discussão com a  
40 sociedade e respectivas organizações. Disse, ainda, de sua preocupação  
41 com o texto da proposta apresentada pelo deputado Arthur Maia que ignora

42as necessidades básicas da população em detrimento aos interesses da  
43privilegiada classe empresarial. A OAB, consciente de seu ofício, apontou  
44diversas arbitrariedades na proposta apresentada pelo governo, afirmando  
45que a PEC, objeto da discussão, tem sido apresentada sob o enunciado de  
46uma catástrofe financeira, através de um déficit que não existe e que, pelo  
47contrário, o superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que,  
48anualmente, são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU  
49(Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% (trinta por  
50cento)em 2.016, sendo tais recursos retirados da referida Seguridade e  
51destinados a outros fins, a exemplo do pagamento de juros da dívida  
52pública, até hoje não auditada. Citou, ainda, a posição da Associação  
53Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, que,  
54a exemplo da OAB, não admite existir o déficit, contestando, também, o  
55débito da Previdência, alardeado pelo Planalto, afirmando que, em vez de  
56rombo, há saldo positivo desde 2.016, levando em consideração a  
57arrecadação da Seguridade Social, que inclui Saúde, Assistência e  
58Previdência. O déficit da Previdência é um engodo, afirmou ele. A partir  
59daqui, passou a sua exposição, iniciando pelo item **Aposentadoria no**  
60**RGPS**, estabelecendo um comparativo entre o texto original e o  
61substitutivo; comentou, igualmente, **A Transição do RGPS; A**  
62**Aposentadoria Rural; Aposentadoria no RPPS; A Transição no RPPS;**  
63**Aposentadorias Especiais no RGPS e RPPS; Professores e Policiais;**  
64**Pensões no RGPS e RPPS; Benefício Assistencial – BPC e**  
65**Aposentadoria dos Parlamentares**, sempre contrapondo os conteúdos  
66originais com os respectivos substitutivos. Confirmou ele, ainda, que a  
67discussão do tema está determinada para hoje, 2 de maio, acontecendo a  
68votação da matéria no próximo 8 de maio. Concluiu, afirmando não ser a  
69OAB contra a Reforma da Previdência, mas, sim, quanto ao modelo  
70apresentado, extinguindo os Direitos Sociais. Posteriormente, o Sr.  
71Coordenador agradeceu ao Dr. Jaime Canuto pela excelente e oportuna  
72apresentação, disponibilizando a palavra a todos os presentes para o debate  
73sobre a matéria: A Sra. Maria Consuelo afirmou, ao examinar o  
74substitutivo, que se trata, realmente, de uma falácia e que o mecanismo é  
75prejudicial ao sistema previdenciário: traz graves danos ao pessoal do  
76campo e massacra as mulheres. Em síntese, disse ela, trata-se de um  
77tremendo retrocesso para todos(as), e que passa a aguardar, assim, uma  
78efetiva participação da sociedade na luta contra a reforma no molde ora  
79apresentado. Já a Sra. Edilma de Albuquerque entende, também, sobre a  
80real necessidade de um comprometimento mais efetivo da população;  
81enquanto o Sr. Ricardo Rodrigues registrou sua posição, afirmando que,  
82infelizmente, a grande mídia está a serviço do capital e que nem todos os



83jornalistas têm consciência da situação: “A PEC da Previdência mata e a  
84Trabalhista enterra”, concluiu ele. Na realidade, uma das primeiras  
85medidas do atual Presidente da República, foi retirar do Ministério do  
86Trabalho a Previdência Social, e transformá-la em uma secretaria  
87subordinada ao Ministério da Fazenda, deixando clara sua concepção das  
88aposentadorias: um problema financeiro, antes de tudo. Ainda, sobre o  
89tema, o Sr. Pedro Guido destacou que com a desvinculação de receitas da  
90União, recursos destinados à previdência, assistência e saúde estão sendo  
91usados para outros fins, colocando na mira os direitos sociais e dos  
92trabalhadores. Propôs ele, um amplo debate em torno da sustentabilidade  
93financeira do País. Concluindo, ao tempo em que o Sr. Coordenador  
94agradeceu e elogiou a excelente participação do ilustre debatedor, apoiou a  
95sugestão de aprofundarmos referida discussão em outro momento. **Item**  
96**3 da Pauta: Regulamentação transporte escolar em Alagoas –**  
97**Propostas e Encaminhamentos** - O Sr. Coordenador fez referência ao que  
98já fora discutido em nossa reunião anterior, evidenciando a importância de  
99contarmos com a disponibilidade do DETRAN/AL, ao tempo em que foi  
100destacado que a ausência de uma agenda entre os participantes da comissão  
101envolvida com o tema, motivou a não efetividade das devidas providências.  
102O Sr. Nelton Martins afirmou que nosso Departamento de Trânsito não  
103dispõe de um cadastro de veículos escolares; enquanto o Sr. Claudivan  
104Costa citou Pernambuco e Bahia como estados que avançaram na  
105regulamentação e fiscalização desse transporte, colocando-se à disposição  
106para participar da reunião, que irá definir nossas ações. Concluindo o  
107assunto, o Sr. Coordenador disse da importância da participação, também,  
108do Ministério Público Federal na discussão e elaboração da norma, visando  
109a consecução do projeto. **Item 4 da Pauta: Encaminhamentos sobre a**  
110**IN nº 03/2.016 do TCE/AL – Concursos/Propostas** - Diante do que  
111recomenda a Instrução Normativa, estabelecendo que a partir de 2.018,  
112contratos e processos licitatórios realizados pela Administração Pública  
113Municipal, a serem submetidos ao TCE, deverão ter o parecer de  
114Procurador Jurídico, ocupante de cargo público efetivo e em situação de  
115regularidade perante a OAB, sob pena de serem julgados irregulares, foi  
116sugerido pelo Sr. Bernardo Bastos a necessidade de se estimular o gestor  
117municipal para a efetividade da aplicação da referida IN, e da execução do  
118projeto de valorização do concurso público, manifestando a conveniência  
119de encaminhamento de ofício, sobre o assunto, aos Srs. Administradores,  
120através do FOCCO. A propósito, o Sr. Coordenador disse da  
121impossibilidade de tomar referida providência através deste Fórum,  
122propondo, por outro lado, que a APROMAL produza referido documento  
123para apresentação e encaminhamento em nossa próxima reunião. Já o Sr.



124 Pedro Guido ao assinalar a fragilidade da IN, disse da imperiosa  
 125 necessidade de se realizar a respectiva cobrança através de Lei. **Item 5 da**  
 126 **Pauta: III Encontro Nacional sobre Cooperação para Prevenção e**  
 127 **Combate à Corrupção – 25 e 26 de maio – Cuiabá/MT –**  
 128 **Participação/Encaminhamentos** – O Sr. Coordenador apresentou a todos  
 129 presentes à reunião, o convite aqui recebido da Rede de Controle da Gestão  
 130 Pública de Mato Grosso, cuja programação completa consta do site  
 131 [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br). Afirmou da importância de nossa participação no  
 132 evento. Disse, ainda, de sua dificuldade em integrar-se ao acontecimento,  
 133 deixando em aberto à atuação dos demais membros do FOCCO. Entre os  
 134 que se colocaram à disposição, o Sr. Ricardo Rodrigues disse que dependia,  
 135 tão somente, de uma confirmação do SINDJORNAL, ao qual se encontra  
 136 vinculado; enquanto o Sr. Anthony Lima ficou de verificar a possibilidade  
 137 de sua presença, identicamente, junto à OAB/AL. Diante das dificuldades  
 138 surgidas para a provisão das despesas, o Sr. Bernardo Bastos sugeriu a  
 139 cessão de milhas disponíveis dos membros de nosso colegiado, para as  
 140 passagens aéreas, destacando, entretanto, que o FOCCO deverá melhor se  
 141 estruturar, nesse sentido, com o objetivo de evitar, de futuro, referidos  
 142 contratempos. **Item 6 da Pauta: Espaço Livre/Informes**  
 143 **(Comissões/Reunião TCE/AL)** -Sr. Coordenador confirmou, através de  
 144 informações do Sr. Daniel Brabo, nossa visita ao TCE, que deverá  
 145 acontecer às 10h30, do próximo 10 do corrente, cuja pauta do encontro será  
 146 disponibilizada para todos, através do WhatsApp. O Sr. Daniel Brabo  
 147 respondendo à solicitação de informações da Sra. Consuelo Correia,  
 148 presente à reunião, sobre os recursos oriundos do FUNDEF, afirmou que  
 149 seriam destinados 25% para a Educação e 15% para a Saúde, respeitadas às  
 150 vinculações constitucionais das receitas públicas. **Item 7 da Pauta:**  
 151 **Considerações finais – Próxima reunião prevista para 6 de junho –**  
 152 **AGU** – Foi confirmada nossa próxima reunião para o dia 6 de junho,  
 153 regimentalmente 1ª terça-feira do mês, na Advocacia Geral da União-  
 154 AGU, sita na Avenida Moreira e Silva, 863 – Farol. Não havendo mais  
 155 nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 12 horas e 30 minutos.  
 156 Assinam a Ata os Srs. José Carlos Castro – Coordenador e Fernando Teles  
 157 de Farias – Secretário, juntamente com os demais membros presentes.

158

159

José Carlos Castro

160

Coordenador

161

162

163

Fernando Teles de Farias

164

Secretário